

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (Lousado, Vila Nova de Famalicão, 1888 - Benfca, Lisboa, 1977)

Manuel foi o primogénito dos oito filhos de Avelino Gonçalves Cerejeira e de Joaquina do Sacramento de Jesus Rebelo. Habitualmente dado como casal de lavradores minhotos, o assento de batismo de Manuel regista o seu pai como «negociante», referência à produção de tamancos a que também se dedicava. Os recursos dessas atividades permitiram-lhes proporcionar aos quatro filhos varões a continuidade dos seus estudos. Os do jovem Gonçalves Cerejeira prosseguiram, depois das primeiras letras, com os preparatórios no Seminário-Liceu de Guimarães (1899-1904). No ano seguinte concluiu o curso complementar de letras no Liceu Alexandre Herculano, na Invicta, donde rumou ao Seminário Conciliar de Braga para realizar o Curso Trienal dos Seminários (1906-1909), respondendo ao apelo da vida eclesiástica que afirmou ter sentido desde criança. A sua *alma mater* conimbricense proporcionou-lhe uma formação superior diversificada: matriculou-se em Teologia em 1909, concluindo, no estertor da respetiva Faculdade, o bacharelato no ano letivo de 1911-1912, com a classificação de 18 valores. Nesse mesmo ano acumulou a matrícula no curso de Direito, que abandonaria para se inscrever em 1912-1913 na quarta secção da Faculdade de Letras, Ciências Históricas e Geográficas, que concluiu em 1916 com 19 valores.

Os estudos teológicos proporcionaram-lhe o domínio do latim e do grego, além dos elementos básicos do hebraico, disciplina de que foi o único aluno ordinário em 1910-1911. O curso de letras permitiu-lhe o acesso ao idioma alemão, completando as duas disciplinas de língua e literatura alemã (1913-1915), lecionadas por Carolina Michaëlis Vasconcelos, de cujo conhecimento daria mostras na sua produção historiográfica (*A Idade Média*, p. 5; 17; 60). Revelou, sobretudo, afinidade e domínio da língua francesa, cujo universo cultural lhe era particularmente caro e o influenciou mais profundamente.

Durante quase duas décadas, Coimbra foi o espaço de atuação do eclesiástico e intelectual combativo: ordenado presbítero em abril de 1911, será sócio honorário do CADC e, depois, diretor espiritual dos universitários católicos. Diversifica, nesse período, a sua colaboração na imprensa, que tinha iniciado, com 19 anos, no diário portuense *A Palavra*, altura em que escreve, também, na *Estudos Sociais* sobre *A organização do ensino*: dirige o semanário *Imparcial* desde o seu início em 1912 até meados de 1914; é o editor da revista *Lusitânia* (1914), dirigida pelo jurista Francisco de Sousa Gomes Veloso; colabora com o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

semanário diocesano *Correio de Coimbra* (1922-1928); e dirige as «Cartas aos novos» (1925-1928) na revista *Estudos*, do CADC, que terão publicação autónoma em 1933.

É dentro desse período que se inclui a carreira académica de incidência historiográfica, repartida entre a docência e a publicação dos seus estudos. No ano de conclusão do segundo bacharelato, é nomeado assistente provisório por decreto de 11 de novembro de 1916, cargo em que foi reconduzido até 1919, sendo o representante dos professores assistentes da sua Faculdade à Assembleia Geral da Universidade durante esse período. Desempenhou cargo similar entre 1919, quando se torna professor ordinário, e 1922, pelo menos. A escolha para arcebispo de Mitilene, auxiliar do Patriarca de Lisboa, com a ordenação episcopal em 17 de junho de 1928, poria termo à sua atividade docente que incluiu a lecionação das disciplinas de História Antiga, História Medieval, História Geral da Civilização, História Moderna e Contemporânea, História de Portugal e Propedêutica Histórica. Assumiu, ainda, as funções de secretário da Faculdade a 1 de novembro de 1925, de secretário do respetivo Boletim, que se chamaria *Biblos* (ainda se publica), bem como de diretor do Arquivo e Museu de Arte da Universidade, cujas funções iniciou em julho de 1927, embora estivesse incumbido do cargo de arquivista-paleógrafo desde 1918. O Arquivo conserva a memória e as anotações do trabalho de catalogação dos processos dos candidatos a ordens sacras por si desenvolvido.

A sua produção historiográfica publicada circunscreve-se ao período entre 1917 e 1928. A primeira obra corresponde à dissertação *O Renascimento em Portugal: Clenardo: com a tradução das suas principais cartas*, que apresentou para conclusão das provas de doutoramento, defendida a 30 de janeiro de 1918 e obtendo a nota máxima, escassos dois meses após ter completado 29 anos de idade. O segundo volume desta obra seria apresentado no concurso para professor ordinário, que não chegaria a realizar-se. Além da edição de 1917-1918, o livro seria republicado em 1926, 1949 e 1974. Seguiram-se os artigos publicados na *Biblos*: em 1925, *Do valor histórico de Fernão Lopes – Esbôço crítico de «D. Pedro I e a sua época» do Sr. General Moraes Sarmiento, Lisboa, 1924*, que no mesmo ano teve edição autónoma; em 1926 e 1927, *Notas Históricas sobre os ordenados dos Lentes da Universidade*; em 1927, *O conceito de Idade Média*. Esta seria publicada em volume sob o título de *A Idade Média*, em 1936, e como *A Idade Média na História da Civilização* em 1953: estava impressa desde 1929 a parte publicada, não chegando a concluir parte substancial do que tinha planeado para os capítulos III e IV, respetivamente em torno das «Considerações sobre o papel do Cristianismo na formação da alma europeia» e «A Idade Média e os Bárbaros».

A obra que Fernando Falcão Machado deu à estampa em 1927 *História de Portugal. Súmula das lições magistrais de História de Portugal (1.º ano) pelo Ex.mo Professor, Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927-1928, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, que não consta ter sido rejeitada por Cerejeira e cujo primeiro biógrafo inclui na sua bibliografia, permite o acesso a alguns dos elementos mais salientes do seu pensamento historiográfico consonantes com as perspetivas que sustenta nas obras de sua lavra.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Antes de mais, quanto ao estatuto epistemológico da História e à sua metodologia. Recusando que seja «ciência», batia-se por que fosse «elaborada por processos científicos», mostrando-se metodologicamente próximo dos princípios positivistas então hegemónicos, pela primazia dos factos, de que deve mostrar «a imagem viva, real» no agregado das suas «circunstâncias e condições» (*História de Portugal*, p. 5). A busca da objetividade pela factualidade fica patente nas condições para a elaboração de uma «História científica de Portugal»: objetiva – «quanto mais fiel for a imagem dos factos»; documental – uma vez que os documentos sustentariam uma interpretação mais «verdadeira», libertos que seriam do «facciosismo» do historiador; portuguesa – não «patrioteira, como a do Romantismo alemão», mas buscando «reviver a alma de Portugal, não saindo dos domínios dos factos»; peninsular – criticando o isolacionismo analítico que obsta à descoberta das características nacionais, o que só pode fazer-se «pelo método comparativo»; europeia – colocando «no lugar e no tempo» a influência das ideias, das correntes e dos factos «estrangeiros» e a «situação política da Europa» (*História de Portugal*, pp. 6-10). À luz destes princípios, avalia as histórias gerais de Portugal então existentes: eximindo-se a considerar a obra de Fortunato de Almeida, por não estar concluída a sua publicação, aprecia positivamente a de Herculano, feita «segundo os postulados a que deve atender-se para se escrever uma história científica», autor que acompanharia na recusa da interpretação miraculosa de Ourique em conferência proferida em Cádiz no ano de 1927; em sentido inverso, distancia-se de Oliveira Martins, socorrendo-se de António Sérgio, a quem atribui a melhor apreciação sobre aquele autor, cuja obra considera «subjéctiva e insuficientemente documentada», fruto de uma «concepção particular»; relativamente a Pinheiro Chagas, obra que reputa mais objetiva que a de Oliveira Martins, critica a «falta de documentação» e, sobretudo o «grande defeito de isolar-se da de Espanha». Em suma, sustenta a necessidade de conferir à historiografia maior amplitude analítica, em linha com as exigências «modernas» que alargam a «história do Estado, tornam-na sociológica», por oposição à «história literária», veículo de preconceitos que induziriam a análises anacrónicas, «apologéticas e políticas» (*História de Portugal*, p. 11).

A mais difundida, comentada, traduzida e criticada obra de Cerejeira, *A Igreja e o Pensamento Contemporâneo* (1924, com reedições em 1928, 1930, 1944 e 1953, traduzida para castelhano em 1945), embora alheia ao âmbito historiográfico, ajuda a compreender os vetores decisivos da sua historiografia. Mostram-no militante, um intelectual comprometido, podendo incluir-se na crítica que Julian Benda dirigiu, entre outros, a Henri Bergson, de cujas teses vitalistas e intuicionistas Cerejeira estava próximo, embora as considerasse insuficientes. Permitiam-lhe, porém, deslegitimar a pretensão totalizante da ideologia positivista, ao mesmo tempo que retinha do seu método o primado dos factos. Por essa via, buscava estabelecer com clareza as fronteiras entre a ciência e a religião, salvaguardando a autonomia de ambas e a sua necessária relação, o que lhe permitia sustentar a validade antropológica e social da religião – leia-se, do cristianismo e, particularmente, do catolicismo. Essa perspetiva tinha um correlato institucional, a necessária autonomia entre o Estado e a Igreja, claramente expresso no título de uma das partes de A



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Idade Média: «A originalidade histórica da Igreja: a «grande inovação» dum poder moral independente do Estado» (p. 293).

Essa «cruzada intelectual» (Cf. Luís Salgado de Matos, Cardeal Cerejeira..., 2018, p. 30) destinada à «Reconquista Cristã do alto pensamento contemporâneo» tinha na obra de 1924 um cariz triunfalista. De modo mais circunspecto, mas não menos contundente, percebem-se esses elementos na sua tese de doutoramento. Clenardo proporcionava-lhe o ensejo para participar no debate que dividiu a intelectualidade portuguesa entre os finais do século XIX e os inícios do século seguinte: o das causas da decadência nacional. Escudando-se no percurso biográfico e intelectual do humanista flamengo, revelava autonomia crítica face à intervenção das estruturas eclesiais e políticas – a Inquisição sobre todas – o que lhe emprestaria maior legitimidade para apontar a insuficiência das teses anteriores, que explicitamente menciona. Aproximava-se, em sentido contrário, das leituras de Herculano, Oliveira Martins, Silva Cordeiro – que refere – e, sobretudo, de António Sérgio, que cita amiúde. Com Clenardo, Cerejeira sublinha que «razão profunda da nossa decadência» teria de ser encontrada nos «defeitos da estrutura económica e social» da sociedade portuguesa de Quinhentos, para o que terá contribuído o ideal de cavalaria, promotor do «horror» ao trabalho e da «mania nobiliárquica», que a dinâmica escravagista teria agravado; além de moralmente reprovável, teriam sido perniciosos os seus efeitos verificados na ruína do trabalho livre, na corrupção dos costumes e na desorganização da família (Clenardo, pp. 197-210).

Assim, apoiado num protagonista coevo dos factos, Cerejeira podia apontar, como causa central da decadência nacional, a ausência de uma «classe dirigente» capaz de guiar o país a um «regime económico mais próximo e mais ativo». Não abandonando a leitura decadentista, instrumental ao seu propósito de ação, visando revertê-la, ensaia a interrogação sobre a sua inevitabilidade: recusando o «fatalismo histórico», os pressupostos epistemológicos em que se baseia vedam à historiografia a resposta a essa questão, dado que a disciplina histórica «não cura de saber o que *devia* ser», cingindo-se ao «seu domínio próprio», ou seja, «o que *foi*» (Clenardo, p. 194). Sobretudo, permitia-lhe mostrar a insuficiência das teses que apontavam a influência religiosa como motivo central dessa decadência, sustentando que «em Portugal exagera-se facilmente [...] o papel da religião na grandeza política e na prosperidade material das nações». Embora a religião pudesse contar-se entre essas causas, ela não seria «sequer a mais importante». Ou seja, os propósitos, objetivos e incidências da religião e da política eram claramente distintos: aquela «*visa directamente* a ordem sobrenatural», o que permite valorizar a sua influência na grandeza política e material dos povos «*só indirectamente*» pela sua «acção moral» (Clenardo, p. 213).

O interesse de Cerejeira pelo período medieval é revelador do enquadramento metodológico da sua atividade historiográfica, tanto quanto dos propósitos ideológicos que lhe são subjacentes. O rigor analítico e a clareza expositiva de *A Idade Média* (1936) servem o intuito de rebater quer os modismos intelectuais que tomavam por igual esses mil anos como «falsa noite de 10 séculos», quer as suas reabilitações pelo Romantismo, que considerava terem sido «muitas vezes mais generosas que prudentes» (p. 11).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Rebatendo as visões da «era da barbaria», dos «terrores do ano mil» – visando Michelet cuja *História de França* considerava um «belo livro de literatura...» –, do «nul bain pendant mille ans» do mesmo historiador francês, do «jus primae noctis» ou da «miséria do povo», procura um retrato equilibrado da medievalidade («verdadeiro» é o termo que usa), notando os seus progressos jurídicos, artísticos, filosóficos, económicos, científicos e teológicos, o que lhe possibilitava sublinhar, contra as perspetivas que assacavam à Igreja a causa das supostas trevas medievais, o papel do «Cristianismo na formação da alma europeia», sem sombra, porém, de intencionalidade passadista: «Certamente, o progresso não está em... recuar até ela» (Cf. *A Idade Média*, p. 174). Nas suas *Notas históricas sobre os ordenados dos lentes da Universidade* ensaia uma incursão pelos âmbitos da história económica e social, terreno de abordagem incipiente na historiografia portuguesa coeva; sem o fôlego da investigação direta sobre essas questões, não deixa de as considerar, tal como fizera no *Clenardo*, quando aprecia o período medieval, mostrando-se atento aos estudos de Alberto Sampaio e Gama Barros, bem como à produção historiográfica gaulesa sobre a temática.

Do período anterior à elevação ao episcopado, conhecem-se as viagens de Cerejeira a Espanha e França, quer a título particular, quer acompanhando excursões estudantis, quer em trabalho académico, como no caso do Congresso de Cádiz. Investido das funções episcopais, além das várias estadias em Itália, onde haveria de participar nos trabalhos conciliares entre 1962 e 1965, foi por diversas vezes Legado Pontifício, condição em que visitou os vários territórios ultramarinos (1944), Goa, por ocasião do Centenário da morte de S. Francisco Xavier (1952), e Brasil, na inauguração da nova capital (1960).

A 29 de novembro de 1958 proferiu na Sala dos Capelos a conferência *A condição do cristão na construção histórica do mundo*, por ocasião da sua jubilação como Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Encerrava o percurso académico cuja atividade cessara com a ordenação episcopal em 1928 que o haveria de conduzir à cadeira patriarcal de Lisboa e à púrpura cardinalícia no ano seguinte. Era, desde 19 de abril de 1921 sócio correspondente da Real Academia de la Historia, de Madrid, e aceitou a eleição para idêntica condição da Academia Brasileira de Letras em 1964, tendo recusado, em 1929, a eleição para a Academia das Ciências de Lisboa.

Enquanto Patriarca, quis continuar a afirma-se como historiador, dupla condição não destituída de alguma ambiguidade, o que, aliás, esteve na origem confessada da obra que Sílvio Lima publicou em 1930, *Notas críticas ao livro do Sr. Cardial Cerejeira «a Igreja e o Pensamento Contemporâneo»* (cf. p. 7, 2ª edição 1931) se bem que o livro de Cerejeira em questão não tivesse intenções historiográficas. Não se tendo dedicado à história eclesiástica, apoiou, mesmo financeiramente, o Centro de Estudos de História Eclesiástica que, nascendo fora da academia em 1956, viria a integrar-se em 1984 na Universidade Católica Portuguesa, instituição fundada por Cerejeira em 1968, concretizando uma intenção por si formulada enquanto professor coimbrão na década de 1920. Retirado da cátedra patriarcal, continuou a trabalhar

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

sobre o seu pensamento de Clenardo, particularmente na tradução da correspondência do humanista flamengo (PT/AHPL/PAT14-PR).

Bibliografia ativa: *Do valor Histórico de Fernão Lopes: esboço crítico de “D. Pedro I e a sua época”, do Sr. General Moraes Sarmiento, Lisboa, 1924, Coimbra, Coimbra Editora, 1924; A Igreja e o pensamento contemporâneo. 3ª edição revista e acrescentada com uma nota crítica em apêndice por M. Lopes D’Almeida, Coimbra, Coimbra Editora, 1930 [1ª edição de 1924]; Notas Históricas sobre os ordenados dos Lentos da Universidade, Separata da revista Biblos, Coimbra, 1927; A Idade Média, Coimbra, Coimbra Editora, 1936; O Renascimento em Portugal. Clenardo e a Sociedade Portuguesa do seu tempo, Coimbra, Coimbra Editora, 1949 [1ª edição 1917-1918].*

Bibliografia passiva: CARVALHO, Rita Almeida, *António Oliveira Salazar, Manuel Gonçalves Cerejeira: Correspondência 1928-1968*, Lisboa, Temas e Debates, 2010; CASTRO, Aníbal Pinto de, «O Cardeal Cerejeira: universitário e homem de letras», *Lusitania Sacra*, 2ª Série, n.º 2, 1990; MACHADO, Fernando Falcão, *História de Portugal. Súmula das lições magistrais de História de Portugal (1.º ano) pelo Ex.mo Professor, Senhor Doutor Manuel Gonçalves Cerejeira, no ano lectivo de 1927-1928, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*. Coimbra, Tip. da Gráfica Conimbricense, 1927; MATOS, Luís Salgado de, «D. Manuel Gonçalves Cerejeira (1929-1971)», in AZEVEDO, D. Carlos A. Moreira de, SALDANHA, Sandra Costa, OLIVEIRA, António Pedro Botto (Coord.), *Os Patriarcas de Lisboa*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa/Aletheia, 2009; IDEM, *Cardeal Cerejeira. Um Patriarca de Lisboa no Século XX português*, Lisboa, Gradiva, 2018; MATOS, Vítor Silva, *A primeira vida de Manuel Gonçalves Cerejeira: 1888-1928. A Reconquista*, Tese de Mestrado, Coimbra, 1998; NEVES, Moreira das, *Cardeal Cerejeira: O Homem e a Obra*, Lisboa, Rei dos Livros, 1988; OLIVEIRA, António de, «Seis décadas de história na Faculdade de Letras de Coimbra (1911-1970). Um esboço das suas tendências», *Revista Portuguesa de História*, t. XLII (2011) 11-60; PIMENTEL, Irene Flunser, *Cardeal Cerejeira – O Príncipe da Igreja*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2010. POLICARPO, D. José da Cruz, *Cardeal Cerejeira – Fotobiografia*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002; PINTO, Sérgio Ribeiro – «Intelectuais e militantes: Manuel Gonçalves Cerejeira e “a reacção católica no Brasil” dos anos 1920» in MOURA, Carlos André Silva de, SILVA; Eliane Moura da, MOREIRA, Harley Abrantes (Org.), *Missões, Religião e Cultura. Estudos de história entre os séculos XVIII e XX*, Curitiba: Editora Prismas, 2017, pp. 141-169.

Sérgio Ribeiro Pinto